

MINUTA

Anexo U, do Edital de Credenciamento nº 03/2021, do CeIMSPA

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

TERMO DE CREDENCIAMENTO COM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE EXTRA-MARINHA (OSE) - SERVIÇOS DE REMOÇÃO EM AMBULÂNCIA

Nº _____/____

Termo de Credenciamento celebrado entre a **União**, por intermédio da **Marinha do Brasil** através do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, e

_____,
para prestação de **Serviços de Remoção em Ambulância de Suporte Básico, Avançado e Psiquiátrico** aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro Aldeia.

A União, por intermédio do **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA** (CeIMSPA), com sede na rua Comandante Ituriel s/nº - bairro Base Aérea Naval - Município de São Pedro da Aldeia - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0398-65, neste ato representado pelo Sr. LEANDRO RUBINO RAMOS, nomeado pela Portaria nº 255/MB, de 19 de agosto de 2020, publicada no DOU de 24 de agosto de 2020, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Ordem de Serviço nº 4, de 13/01/2021 doravante denominado simplesmente **CREDENCIANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____ - Estado _____, doravante denominada **CREDENCIADA**, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 63398.000044/2022-57, Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (TJIL) nº 03/2021, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e nas demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Termo de Credenciamento será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993 e demais legislação aplicável ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente termo vincula-se ao Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação nº 03/2021, ratificado em ___ / ___ / 2022 pelo Comando da Força Aeronaval, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1. O Termo de Credenciamento foi examinado e aprovado juridicamente pela Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, sendo atendidas as recomendações constantes do Parecer nº _____, nos termos do parágrafo único do Art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

4.1. De acordo com as normas aprovadas pela Portaria nº 180/MB/2001, alterada pelas Portarias nº 236/MB/2002, 258/MB/2003, 111/MB/2004, 258/MB/2012, 159/MB/2013, 626/MB/2014 e 26/MB/2021, o Comandante de Operações Navais tem competência para assinar este acordo e seus documentos decorrentes em nome da MARINHA DO BRASIL. O Comandante de Operações Navais, pela Portaria nº 12/2020, subdelegou competência ao Comandante em Chefe da Esquadra para assinar este acordos e seus documentos decorrentes. O Comandante em Chefe da Esquadra subdelegou competência ao Comandante da Força Aeronaval, pela Portaria nº ___/2022, que subdelegou competência ao Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia pela Portaria nº ___/2022, para assinar este Termo de Credenciamento e seus documentos decorrentes.

4.2. De acordo com o Estatuto Social, o (a) Sr. (Sra.) _____, CPF nº _____ (Cargo ou função), tem competência para assinar este acordo em nome da CREDENCIADO.

CLÁUSULA QUINTA - OBJETO

5.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) na **prestação de serviços de Remoção em Ambulância de Suporte Básico, Avançado e Psiquiátrico** aos beneficiários do Sistema de Saúde da Marinha contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), conforme disposição legal, nos municípios de acordo com o disposto no Anexo B, da DGPM-401 (3ª Revisão – Mod. 6).

5.2. Integram o presente Termo de Credenciamento, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento nº 03/2021, com seus Anexos, Apêndice.

5.3. O credenciamento fica adstrito às especialidades de serviços de remoção ofertadas pela credenciada, conforme descritos no **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO PELO CREDENCIADO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Obriga-se o CREDENCIADO a manter, durante a vigência contratual, todas as condições para habilitação demonstrada para credenciamento, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

7.1. O Serviço de Transporte inter-hospitalar, conforme as legislações em vigor, é aquele definido como atendimento pré-hospitalar móvel em ambulância de Suporte Básico, Suporte Avançado e Suporte Psiquiátrico, possuindo as características conforme a seguinte:

7.1.1. Ambulância de Suporte Básico (**TIPO B**): veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

7.1.2. Ambulância de Suporte Avançado (**TIPO D**): veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

7.2. Para a execução do serviço de remoção deverá ser observado o seguinte:

7.2.1. Caberá exclusivamente à CREDENCIANTE, por meio do Departamento Médico ou Médico de Serviço da PNSPA, solicitar à CREDENCIADA a remoção de pacientes, sendo vedada a solicitação da prestação do serviço por parte de outrem.

7.2.2. Caso seja realizada alguma remoção que não tenha sido solicitada pelos elementos definidos no item anterior, o custeio das despesas decorrentes destas ficarão a cargo de quem a determinou.

7.2.3. A CREDENCIANTE, por meio do Departamento Médico ou Médico de Serviço da PNSPA, quando julgar pertinente, depois de criteriosa avaliação conjuntural da situação, solicitará remoção por iniciativa própria ou por solicitações de outras unidades de saúde à CREDENCIADA.

7.2.4. O serviço de remoção deverá ser prestado de acordo com todas as leis e normas vigentes no país.

7.2.5. A CREDENCIADA deverá manter-se em condições de prestação de serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, devendo informar à CREDENCIANTE toda e qualquer restrição ou indisponibilidade de meios que possa comprometer a prestação do serviço.

7.2.6. Após ter recebido solicitação de prestação de serviço, a equipe da ambulância que fará a remoção deverá:

7.2.6.1. Obter da CREDENCIANTE todos os dados necessários à prestação do serviço;

7.2.6.2. Informar a previsão da hora em que a ambulância iniciará a prestação do serviço, que não poderá ser superior a três horas, contando-se a partir da hora da solicitação;

7.2.6.3. Informar ao solicitante o início da execução do serviço no momento exato em que a ambulância estiver saindo para realizar a remoção.

7.2.6.4. Informar ao solicitante a previsão da hora de chegada ao local definido pela CREDENCIANTE; e

7.2.6.5. Informar ao solicitante a conclusão do serviço no momento exato em que a ambulância deixar o paciente no local por aquele definido.

7.2.6.6. Na execução de cada remoção, a equipe que realizou a remoção deverá preencher o Guia de Remoção hospitalar (Anexo G), em duas vias. A primeira via ficará com a empresa transportadora, a segunda via deverá ser entregue ao médico do Hospital de destino. Em até 05 dias úteis, deverá ser encaminhado uma cópia pela empresa transportadora à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

7.2.7. Caso o início do serviço a ser prestado não ocorra dentro das três horas subsequentes à solicitação, a critério da CREDENCIANTE, este poderá ser cancelado. Neste caso, o referido serviço não será indenizado pelo solicitante.

7.2.7.1. Caso o acionamento ocorra entre 21 h e 7 h, e finais de semana, contarão prazos dobrados do item 7.2.7 para a chegada da ambulância no hospital de Origem.

7.2.8. Custos com pedágio ou taxas equivalentes, fica a cargo da CREDENCIADA.

7.2.9. Para a prestação do serviço de remoção, a ambulância deverá estar guarnecida com o mínimo de profissionais estabelecido nas leis e normas vigentes.

7.2.10. Para a prestação do serviço de remoção, a ambulância deverá estar equipada com os materiais mínimos descritos abaixo (Com base na Portaria nº 2.048 de 05 novembro de 2002 do Ministério da Saúde):

7.2.10.1 - TIPO B – Ambulância de Suporte Básico: veículo destinado ao transporte interhospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

7.2.10.1.1 – Equipamento / Material mínimo: Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze esteril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete esteril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços. As ambulâncias de suporte básico que realizam também ações de salvamento deverão conter o material mínimo para salvamento terrestre, aquático e em alturas, maleta de ferramentas e extintor de pó químico seco de 0,8 Kg, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar, ainda com compartimento isolado para a sua guarda, garantindo um salão de atendimento às vítimas de, no mínimo, 8 metros cúbicos.

7.2.10.1.2. Ambulância do Tipo B: 2 profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem.

7.2.10.2. TIPO D – Ambulância de Suporte Avançado: veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

7.2.10.2.1. Maca articulada com rodas e três cintos, 02 suportes de soro, rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização, régua com tripla saída (a primeira com fluxômetro e umidificador de oxigênio, a segunda portando aspirador tipo Venturi e a terceira destinada à alimentação do ventilador mecânico), ventilador mecânico ciclado a volume, eletrônico, adulto, infantil e neonatal, incubadora de transporte, cardioversor e monitor cardíaco com bateria, instalação elétrica compatível e marca-passo externo não-invasivo, bomba de infusão com bateria e aparelho de hemoglucoteste, termômetro, esfigmomanômetro com braçadeira adulto, infantil e neonatal e estetoscópio adulto e infantil;

7.2.10.2.2. Ventilador mecânico microprocessado que forneça os seguintes modos: assistido/controlado, pressão de suporte, peep, blender /orgânico/ (FIO2);

7.2.10.2.3. Desfibrilador, monitor de ECG, oximetria de pulso, PA não invasiva;

7.2.10.2.4. Kit vias aéreas, contendo cânulas endotraqueais de vários tamanhos, cateteres e vidros de aspiração, borracha de silicone para aspiração, adaptadores para cânulas endotraqueais, máscara de oxigênio com reservatório adulto e infantil, ressuscitador manual adulto, infantil e neonatal com máscara e reservatório (ambú), sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos, luvas estéreis, laringoscópios adulto e infantil com lâminas retas e curvas (tamanhos 00, 0, 1, 2, 3, 4 e 5), cânulas orofaríngeo adulto e infantil (0, 1, 2, 3, 4 e 5), fios guia para entubação, cadarços para fixação, lidocaína spray e geleia, pinça de Magyll, bisturis descartáveis, cânulas para traqueostomia, material para cricotiroidostomia, dreno para tórax;

7.2.10.2.5. Materiais: fitas de HGT, lancetas, almotolias para álcool, lençóis, eletrodo adulto e infantil, fio nylon, etc;

7.2.10.2.6. Kit acesso venoso contendo tala para fixação de braço, luvas de procedimento, algodão antisséptico, gaze estéril, esparadrapo, material para punção em tamanhos variados, garrote, equipos de micro e macrogotas, equipo para bomba de infusão, microfix com bureta, cateter de via central agulhado adulto e infantil, tesouras, pinça de Kocher, agulhas e seringas de vários tamanhos, polifix de 4 vias, caixa completa de pequena cirurgia, compressas cirúrgicas;

7.2.10.2.7. Kit de parto contendo luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, capote descartável, estilete estéril para cortar cordão, saco plástico para placenta, absorvente higiênico grande, cobertor ou similar para envolver recém-nascido, compressas cirúrgicas estéreis, gaze estéril, bracelete de identificação;

7.2.10.2.8. Kit de imobilização: prancha curta e longa para imobilizador de coluna com tirantes e imobilizadores laterais de pescoço, talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais, ataduras de tamanhos variados;

7.2.10.2.9. Medicamentos: Lidocaína sem vasoconstritor, lidocaína geleia, lidocaína spray, epinefrina, adrenalina, atropina 50 mg/ml, dopamina, aminofilina 240 mg/10ml, noradrenalina,

nitroprussiato de sódio, nitroglicerina, dobutamina, hidrocortisona, glicose a 50%, AAS 100 mg, hidantoína, fenobarbital, soros (soro glicosado a 5%, ringer com lactato e cloreto de sódio a 0,9%), psicotrópicos (meperidina, diazepam, haldol 5 mg), anestésicos (fentanila, cetamina, succinilcolina, midazolam 15 mg), outros (água destilada, metoclopramida, nifedipina, dipirona, hioscina, dinitrato de isossorbida, furosemida, amiodarona (ancoron 150 mg/3ml) diclofenato (voltaren), morfina 10 mg/ml, narcan 0,4 mg/ml, cedilanide 0,4 mg/2ml, bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, captopril 25 mg, cetoprofeno 100 mg, clorpromazina 25 mg/5ml, gluconato de cálcio 10%, fenegan 50 mg/ml, ranitidina 50 mg/ml, sulfato de magnésio 50%;

7.2.10.2.10. Devem existir itens médicos hospitalares especificados para pacientes adultos, pediátricos e infantis; e

7.2.10.2.11. Equipe: Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Condutor (socorrista).

7.2.11. Na execução de cada serviço, a equipe que realizou a remoção deverá preencher o Formulário de transporte de pacientes, em duas vias. A primeira via ficará com a empresa transportadora, a segunda via deverá ser entregue ao médico do Hospital de destino. Em até 03 dias úteis, deverá ser encaminhado uma cópia pela empresa transportadora à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

7.2.12. A forma de cálculo da distância será: BASE da Operadora ---> Unidade de Saúde de origem ---> Unidade de Saúde de Destino do Paciente e deverá ser utilizado o aplicativo google maps para o cálculo da distância, em Km;

7.2.12.1. O valor da remoção acima de 100 Km, será considerado a soma do valor da remoção entre 50 e 100 km (A) + o valor do Km excedente (B) multiplicado pelo número de Km acima de 100 (C);

7.2.13. Quando, por motivos alheios à CREDENCIADA, não houver a efetiva remoção do paciente, tendo o serviço já iniciado, será pago à CREDENCIADA 70% do valor correspondente ao tipo de remoção solicitada, de acordo com os casos especificados nas tabelas acima. O Formulário de Remoção de Pacientes (Anexo G do Edital) deverá ser preenchido e encaminhado com a justificativa da não execução do serviço.

7.3. Deverá ser observado pela CREDENCIADA as considerações contidas no item 2.4 do Apêndice I.

7.4. A CREDENCIANTE manterá um serviço de Auditoria Concorrente, o **CREDENCIADO** deverá dar acesso ao auditor da PNSPA, conforme descrito pelos códigos de ética das respectivas categorias.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇOS

8.1. Os preços dos procedimentos, objeto deste Termo de Credenciamento, obedecerão às tabelas contidas no item 2 do Apêndice I do Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA - DOS REAJUSTES

9.1. Os valores decorrentes do Edital devem ser fixos e irredutíveis, pelo período de 12 meses, nos termos do art. 1º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

9.2. Após o decurso de cada 12 meses da assinatura do contrato, havendo interesse mútuo entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA na continuidade do contrato que entre si firmaram, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, da SEGES/ME, poderão ocorrer reajustamentos anuais dos preços, após acordo prévio entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, observando-se os seguintes critérios:

9.2.1. Os valores constates nas tabelas oficiais (CBHPM, COFFITO, CRP, SIMPRO, dentre outras) poderão ser reajustadas na medida em que tais tabelas venham a sofrer reajustes;

9.2.2. Os valores prefixados no Edital, que tenham sido estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, poderão sofrer reajustes com base nos índices do IPCA, ou outro índice que o substitua.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Para cada período mensal deverá ser emitido um título de crédito (Nota de Empenho) respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente.

10.2. Os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias úteis, após a data do recebimento das faturas, eliminados os possíveis erros apontados pelo CREDENCIANTE e abatidos todos os recolhimentos (tributos) especificados na legislação em vigor.

10.3. Para cada período de um mês, deverá ser emitida uma fatura respectiva, somente a favor da razão social do Credenciado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao serviço prestado, vedada a apresentação de faturas por outros elementos que possuam vínculo empregatício com o Credenciado, ou autônomo, ou profissional de saúde integrante da empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividades na área de Saúde (em caráter regular ou não) nas dependências do Credenciado.

10.4. O relatório de glosas deverá ser informado ao Credenciado em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da fatura, e o Credenciado terá prazo recursal de 10 (dez) dias contados da data da comunicação pelo Credenciante para expor suas contrarrazões.

10.5. Os procedimentos realizados com autorização prévia da CREDENCIANTE poderão ser faturados antes da emissão do relatório de glosas. Caso essas ocorram, o valor referente à glosa será creditado na fatura do mês subsequente. Por ocasião da emissão da última fatura referente ao contrato, caso ocorram glosas, o CREDENCIADO deverá emitir nova fatura com os valores retificados.

10.6. As contas referentes as remoções deverão passar por auditoria antes do faturamento, sendo cobradas após a verificação pela CREDENCIADA e emissão de relatório de glosa, se houver.

10.7. A ocorrência de glosas técnicas e de respectivos recursos em nada sustará o pagamento pelo Credenciante e no vencimento acordado, da parte incontroversa da conta.

10.8. As glosas não contestadas via recurso dentro do prazo estabelecido deverão ser consideradas como aceitas pelo Credenciado, valendo seu silêncio como quitação geral e plena quanto as mesmas, sem que lhe assista o direito de reivindicar posteriormente os valores correspondentes.

10.9. O pagamento será efetuado a cada evento, mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela CREDENCIADA, devidamente certificados por fiscal credenciado.

10.10. O CREDENCIANTE pagará as despesas em, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após a data da apresentação do documento de cobrança.

10.11. O pagamento será efetuado sempre no mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços por parte da CREDENCIADA, ocasião na qual, o documento de cobrança referente aos serviços prestados no mês anterior será apresentado.

10.12. Todos os pagamentos serão creditados em conta-corrente informada em Carta Proposta da CREDENCIADA.

10.13. Cada pagamento só será efetuado após verificação da documentação e/ou manutenção dos requisitos de inscrição no Registro Cadastral (SICAF).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo correrão a conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/91181

Fonte: 0170702303

Programa de Trabalho: 174668

Elemento de Despesa: 339039

PI: B42201002DU

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida pelo Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato, especialmente designados por Portaria a ser emitida pelo Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, composto por militares e/ou servidores civis, pertencentes a esta Policlínica.

12.2. O Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico terão plenos poderes para:

12.2.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos desta que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo CREDENCIANTE capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

12.2.2. Sustar qualquer atendimento que não esteja sendo executado de acordo com os especificados nos documentos pertinentes.

12.3. A fiscalização ocorrerá no local onde estiver sendo executado o atendimento, a qualquer tempo, por Militares e/ou Servidores Civis, pertencentes à Comissão de Credenciamento e Fiscalização, que poderão ser assessorados por profissionais ou entidades especializadas na execução da ação fiscalizadora. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização e das características de atendimento constantes do Edital.

12.3.1. A Fiscalização técnica do credenciamento, também levará em conta as evidências científicas, nas diversas áreas de atendimento em saúde presente nesse Projeto Básico, ao avaliar os procedimentos e cobranças realizadas pelas CREDENCIADAS.

12.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal do Contrato.

12.5. A CREDENCIANTE tem competência para acompanhar o atendimento, examinar o paciente, avaliar o tratamento proposto, sustar qualquer serviço que não esteja sendo prestado com a técnica adequada, bem como remover o paciente para outra unidade médica que julgar conveniente.

12.6. O prazo para comunicação de glosas será de 20 (vinte) dias.

12.7. O prazo para apresentação de recursos contra glosas será de 5 (cinco) dias.

12.8. O prazo para revisão de glosas será de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. O CREDENCIADO, conforme previsto nos serviços ofertados no seu **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, no que couber, deverá:

13.1.1. Fornecer a supervisão e toda a mão de obra direta e indireta, técnica e administrativa, necessárias à execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade decorrente de legislação trabalhista e previdenciária, incluindo eventual seguro contra acidentes de trabalho, como única empregadora;

13.1.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou com a Marinha do Brasil;

13.1.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência sob jurisdição da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, caso, excepcionalmente, seja autorizado pelo Diretor da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), a execução de serviço nas instalações da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE);

13.1.4. Admitir, demitir, classificar, reclassificar, promover, transferir, substituir, reajustar e modificar condições de contratos de trabalho, de acordo com a sua política administrativa de pessoal e observadas as disposições vigentes, ficando estabelecido para todos os efeitos legais que não há vínculo empregatício entre o CREDENCIANTE e o pessoal que porventura vier a ser designado pelo CREDENCIADO para prestação dos serviços aqui especificados;

13.1.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

13.1.6. Manter, nos serviços solicitados, pessoal tecnicamente qualificado. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de

classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

13.1.7. Fornecer materiais permanentes, materiais de consumo e todo o material necessário à prestação dos serviços especificados aqui pelo pessoal designado pelo CREDENCIADO (equipamentos, material hospitalar, material cirúrgico, etc);

13.1.8. Emitir notas fiscais e/ou faturas, as quais serão enviadas à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para auditoria e aprovação, que deverão conter relatório descritivo de procedimentos executados.

13.1.9. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;

13.1.10. Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e pelo Ministério da Defesa, atendendo às suas normas e diretrizes;

13.1.11. O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

13.1.12. Permitir a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia avaliar o atendimento e os serviços prestados aos USUÁRIOS, por intermédio de auditorias (Visitas Técnicas) específicas realizadas por profissionais do quadro da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas;

13.1.13. Responder tempestivamente a todos os questionamentos que os auditores julgarem necessários para a melhor fiscalização dos serviços prestados;

13.1.14. Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata, salvo quando previamente comunicado e autorizado pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, por meio de Parecer Técnico;

13.1.15. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização de Saúde Extra Marinha, entendendo-se como tal:

13.1.15.1. O membro do Corpo Clínico da CREDENCIADA;

13.1.15.2. O profissional que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA; e

13.1.15.3. O autônomo que presta serviço à CREDENCIADA em caráter regular, equiparando-se o profissional de saúde, integrante de empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividade na área de saúde, em caráter regular, nas instalações da CREDENCIADA; e

13.1.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento.

13.1.17. A CREDENCIADA responderá por eventuais irregularidades ou acidentes que venham a ocorrer na prestação dos serviços, não implicando em qualquer responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se apurado e comprovado que qualquer

irregularidade tenha decorrido de ação ou omissão funcional.

13.1.18. A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou a MARINHA DO BRASIL.

13.2. O CREDENCIANTE, deverá:

13.2.1. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Credenciamento;

13.2.2. Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-a por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

13.2.3. Auditar as faturas apresentadas e encaminhá-las para pagamento;

13.2.4. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

13.2.5. Disponibilizar o setor de Ouvidoria desta Policlínica Naval para reclamações dos usuários, possibilitando que os mesmos denunciem qualquer irregularidade no atendimento pela CREDENCIADA; e

13.2.6. Notificar a CREDENCIADA as irregularidades constatadas pelo usuário em qualquer tipo de atendimento ou procedimento por ele executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento será contado a partir da data de sua assinatura.

14.2. Por ser tratar de serviços contínuos, a vigência das contratações firmadas com o Credenciado terá prazo indeterminado.

14.3. A cada período de 12 meses, contados da assinatura do contrato, os credenciados deverão demonstrar a excelência dos serviços prestados e a continuidade do cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

14.4. Caberá ao Gestor e Fiscal do Contrato, por instrumento próprio, demonstrar a vantajosidade na continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. Desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do Sistema da Marinha, a CREDENCIADA poderá solicitar formalmente à Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização e ao Fiscal do Contrato, o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observados os itens 15.5 e 15.6 desta cláusula.

15.2. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item 15.1 desta cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

15.3. O CREDENCIANTE poderá, em se verificado o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

15.4. De acordo com os incisos I a VIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, o descredenciamento realizado com base nos motivos previstos na CLÁUSULA XVII do Termo de Credenciamento impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

15.5. Os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Comissão Especial de Credenciamento.

15.6. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

16.1. As partes desde já ajustam que não existirá para o CREDENCIANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CREDENCIADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindo da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

17.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

17.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados; Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e previa comunicação a Administração;

17.1.1.2. Atraso injustificado no início dos serviços;

17.1.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

17.1.1.4. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

17.1.1.5. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

17.1.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

17.1.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

17.1.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

17.1.1.9. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

17.1.1.10. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

17.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

17.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

17.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

17.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

17.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

17.3. O CREDENCIADO poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no subitem 17.1.3.1.

17.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas 17.1.1.8 e 17.1.1.9, do subitem 17.1.1 e subitem 17.1.3, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

17.4.1. Devolução de garantia;

17.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

17.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

17.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

17.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

17.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

17.6. É permitido a Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

17.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CeIMSPA.

17.8. A rescisão não eximira o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, o CREDENCIADO que, no decorrer deste processo:

18.1.1. Apresentar documentação falsa;

18.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos neste processo;

18.1.3. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Fizer declaração falsa;

18.1.7. Ensejar o retardamento do procedimento de credenciamento;

18.1.8. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

18.1.9. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, ou no Contrato.

18.2. O CREDENCIADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.2.2. Multa:

18.2.2.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.2.2. Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato; e

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA – MARINHA DO BRASIL, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

18.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurara o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.4.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados a Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.4.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.4.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

19.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior para efeito de não aplicação de multas, se satisfatoriamente justificados pelo CREDENCIADO perante a Marinha, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

19.1.1. Greve geral;

19.1.2. Calamidade pública;

19.1.3. Interrupção dos meios normais de transporte;

19.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

19.1.5. Outros casos que enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para dirimir as controvérsias entre as partes, oriundas da execução do presente Termo de Credenciamento, fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de São Pedro da Aldeia – RJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CÓPIAS

21.1. Do presente Termo são extraídas as seguintes cópias:

21.1.1. uma para o CREDENCIANTE;

21.1.2. uma para a CREDENCIADA;

21.1.3. uma para a Diretoria de Saúde da Marinha;

21.1.4. uma, em extrato para publicação em DOU.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a este ato presentes.

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LEANDRO RUBINO RAMOS
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas
(Credenciante)

CREDENCIADA
CNPJ
(Diretor ou especialidade médica)
(Credenciada)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha